Nota para a Imprensa

5.12.2023





1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

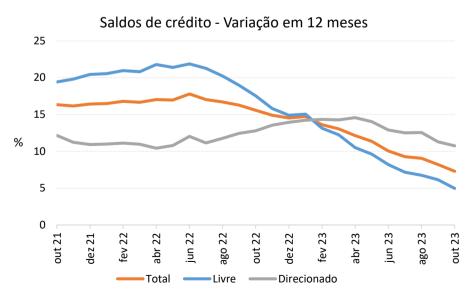
Em outubro, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro atingiu R\$15,6 trilhões (147,3% do PIB), com expansão de 0,9% no mês. O principal fator desse avanço foram os títulos de dívida (+1,3%), bem como a dívida externa (+0,6%). Em 12 meses, o crédito ampliado cresceu 7,7%, impulsionado pelos títulos de dívida (+9,8%) assim como pelos empréstimos do SFN (+7,4%).

O crédito ampliado às empresas situou-se em R\$5,5 trilhões (51,6% do PIB), com acréscimo de 0,3% no mês, com crescimento no saldo dos títulos de dívida securitizados, +2,3%. Em 12 meses, a variação de 8,1% decorreu do crescimento de 25,8% em títulos de dívida.

O crédito ampliado às famílias alcançou R\$3,7 trilhões (34,7% do PIB) em outubro, com expansões de 0,8% no mês e de 9,6% em doze meses (ante 0,6% e 10,4% em setembro, nas mesmas bases de comparação), com destaque para o incremento nos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

O volume das operações de crédito do SFN alcançou R\$5,6 trilhões em outubro, assinalando incremento de 0,1% no mês. Esse resultado decorreu de movimentos distintos, com redução mensal de 0,8% na carteira de pessoas jurídicas, total de R\$ 2,2 trilhões, em contraposição ao aumento mensal de 0,8% na carteira de crédito para pessoas físicas, total de R\$ 3,4 trilhões. Comparativamente a igual período do ano anterior, o volume das operações de crédito do SFN manteve-se em desaceleração ao assinalar crescimento de 7,3% ante 8,2% ocorrido em setembro deste ano. Por segmento, os volumes de crédito contratados com empresas e famílias também registraram menor ritmo de crescimento, com expansões de 3,8% ante 4,5% no mês anterior e de 9,6% ante 10,8%, na mesma ordem.



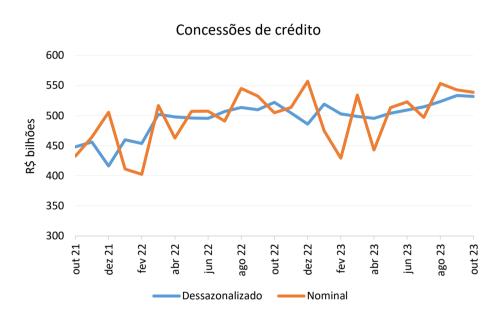
O volume das operações de crédito com recursos livres totalizou R\$3,3 trilhões, com redução de 0,4% no mês e avanço de 5,0% em doze meses. O volume do crédito livre às empresas atingiu R\$1,4 trilhão em outubro, com queda mensal de 1,8% e incremento de 1,1% comparativamente а outubro do ano anterior. Contribuiram para movimento a diminuição das carteiras de desconto de

duplicatas e outros recebíveis (-7,9%), após aumento sazonal ocorrido em setembro, adiantamentos de contratos de câmbio - ACC (-4,6%), outros créditos livres (-1,6%) e cartão de crédito rotativo (-22,5%).



O volume do crédito livre às famílias registrou expansão de 0,7% no mês e 8,0% comparativamente a outubro do ano anterior. Esse resultado decorreu, principalmente, da expansão das carteiras de cartão de crédito à vista (+1,6%), financiamento para aquisição de veículos (+1,3%), crédito pessoal não consignado (+1,1%) e crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS (+1,2%).

O volume de crédito direcionado totalizou R\$2,3 trilhões em outubro, com avanços de 0,9% no mês e de 10,7% em doze meses. Por segmento, o crédito direcionado às pessoas jurídicas somou R\$788,6 bilhões, com incremento mensal de 0,9% no mês e de 9,1% em doze meses, enquanto o crédito direcionado às pessoas físicas assinalou avanços de 0,8% e 11,6%, na ordem, alcançando R\$1,5 trilhão.



As concessões nominais de crédito somaram R\$538,8 bilhões em outubro. Nas séries sazonalmente aiustadas. as concessões totais registraram recuo 0,3%, mensal de com diminuição de 1,4% crédito às empresas e avanço de 0,2% nas concessões às famílias. Αs concessões acumuladas nos nominais doze meses até outubro aumentaram 4.6%. com incrementos de 0,5% crédito às pessoas jurídicas e

de 8,1% no crédito às pessoas físicas. As concessões médias diárias em outubro recuaram 5,5% em relação ao ocorrido em setembro.

A taxa média de juros das novas contratações em outubro diminuiu 0,8 p.p. no mês e 0,4 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, situando-se em 29,7% a.a. O *spread* bancário das novas contratações alcançou 20,3 p.p., com gueda mensal de 0,9 p.p. e estabilidade em doze meses.

No crédito com recursos livres, a taxa média de juros alcançou 42,2% a.a. em outubro, com decréscimo mensal de 1,1 p.p. e estabilidade na comparação interanual com outubro de 2022. No segmento de pessoas jurídicas, a taxa média situou-se em 22,8% a.a., assinalando estabilidade no mês e redução de 0,4 p.p. em doze meses, com movimento influenciado pelo avanço das taxas médias de desconto de duplicatas e outros recebíveis (+1,2 p.p.), compensado pela redução em capital de giro com prazo superior a 365 dias (-0,6 p.p.).

No crédito livre às pessoas físicas, a taxa média de juros alcançou 55,4% a.a., com queda de 1,9 p.p. no mês e de 1,2 p.p. em doze meses, desempenho influenciado, basicamente, pelas diminuições das taxas médias praticadas nas operações de cartão de crédito rotativo (-9,5 p.p.), crédito pessoal não consignado (-1,7 p.p.) e cheque especial (-7,3 p.p.).

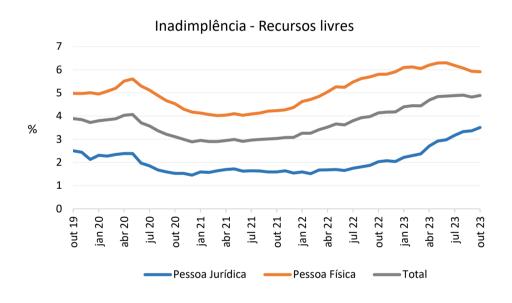


Crédito com Recursos Livres

	Taxas médias de juros (% a.a.)			Variações mensais (p.p.)		
	set/23	out/23		Efeito Taxa	Efeito Saldo	Total
Pessoa Física	57,3	55,4		-0,7	-1,2	-1,9
Pessoa Jurídica	22,8	22,8		0,1	-0,1	0,0
Total	43,3	42,2		-0,4	-0,7	-1,1

O Indicador de Custo do Crédito (ICC) - que mede o custo médio de todo o crédito do SFN - diminuiu 0,3 p.p. em outubro, para 22,1% a.a. (+0,5 p.p. em 12 meses).

A inadimplência do crédito total do SFN em outubro recuou 0,1 p.p. no mês, alcançando 3,4%. As carteiras de crédito às pessoas jurídicas e às pessoas físicas registraram diminuição de 0,1 p.p., situando-se, respectivamente, em 2,6% e 3,9%.



No crédito livre, a inadimplência cresceu 0,1 p.p. ao atingir 4,9%. Esse movimento resultou, basicamente, do avanço de 0,1 p.p. na inadimplência da carteira de crédito às pessoas jurídicas (3,5%) e estabilidade na carteira de pessoas físicas (5,9%).

O endividamento das famílias situou-se em 47,7% em setembro, variação negativa de 0,3 p.p. na comparação com o

mês anterior, atingindo o nível mais baixo desde setembro de 2021 (47,5%). A queda no período de 12 meses alcançou 1,8 p.p. O comprometimento de renda caiu 0,1 p.p., terceira queda seguida, atingindo 27,4% em setembro. Em 12 meses, a queda é de 0,4 p.p.

3. Agregados monetários

A base monetária alcançou R\$ 397,4 bilhões no mês de outubro, redução de 1,7% no mês e de 0,3% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação diminuiu 0,4% e as reservas bancárias 7,6%.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, atuaram de forma contracionista as operações com derivativos (R\$1,8 bilhão), as operações com títulos públicos federais (R\$18,4 bilhões,



resultado de colocações líquidas de R\$43,1 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$24,7 bilhões no mercado secundário) e as operações de Redesconto e de Linhas de Liquidez (R\$124 milhões). Impactaram de maneira expansionista as operações do Tesouro Nacional (R\$8,7 bilhões), as operações do setor externo (R\$428 milhões) e os depósitos de instituições financeiras (R\$7,5 bilhões, resultado da liberação de recursos de caderneta de poupança, +R\$2,6 bilhões, de depósitos voluntários a prazo, +R\$9,6 bilhões, de recursos do Proagro, +R\$602 milhões, de recursos não aplicados em operações de microfinanças, +R\$77 milhões e de depósitos de garantias em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, +R\$1,4 bilhão, recolhimento de recursos de depósitos a prazo, -R\$6,6 bilhões e recebimento de depósitos prévio para compensação de cheques e outros papeis, -R\$47 milhões).

Os meios de pagamento restritos (M1) atingiram R\$589,7 bilhões, decréscimo de 3,3% no mês, consequente da contração 0,3% e de 5,8% do papel-moeda em poder do público e dos depósitos à vista, respectivamente. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 registrou recuo de 1,3% no mês.

O M2 registrou recuo de 0,2% no mês, com saldo total de R\$5,6 trilhões, refletindo a contração do M1 e dos depósitos de poupança. O saldo dos títulos emitidos por instituições financeiras alcançou R\$4,1 trilhões, resultado do crescimento de 0,2% no saldo das letras de crédito (LCA e LCI) e de 0,7% no saldo das letras financeiras, que totalizaram, respectivamente, R\$766 bilhões e R\$455 bilhões. No período, o saldo dos depósitos de poupança reduziu-se 0,3%, totalizando R\$969 bilhões. O M3 registrou redução de 0,3% no período, totalizando R\$10,6 trilhões, reflexo do recuo do M2 e do saldo das quotas de fundos monetários que totalizou R\$4,7 trilhões, com variação negativa de 0,2%. O M4 contraiu 0,3% no mês, totalizando R\$11,6 trilhões. Em 12 meses a variação foi de 10,7%.